

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.755 - SP (2018/0184537-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **MARCELO PEREIRA MERIS**  
**ADVOGADO** : **ROBERTO LUIS GIAMPIETRO BONFÁ - SP278135**  
**AGRAVADO** : **BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADOS** : **ALESSANDRO ALCÂNTARA COUCEIRO - SP177274**  
**MAYRA SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP321674**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DAS QUESTÕES SUSCITADAS NO RECURSO ESPECIAL E NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por MARCELO PEREIRA MERIS, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 154):

Agravo interno Interposição da decisão que não conheceu do apelo, por ter sido deduzida, nas razões recursais, matéria diversa da abordada na sentença apelada Inobservância ao requisito previsto no art. 1.010, III, do atual CPC Apelação que carecia do equisito da regularidade formal, pressuposto de admissibilidade de qualquer recurso - Aplicação do art. 932, “caput”, do CPC.

Agravo interno Reiteração da matéria deduzida nas razões do apelo Agravo interno que não atacou a decisão monocrática que não conheceu do apelo Razões do agravo interno que desatendem ao requisito previsto no § 1º do art. 1.021 do atual CPC Regra que obriga o recorrente a impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada - Agravo interno não conhecido.

Agravo interno Multa Recurso manifestamente inadmissível, interposto contra norma expressa em lei, mais precisamente, contra norma que obriga o recorrente a impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (art. 1.021, § 1º, do atual CPC) Imperativa a aplicação do art. 1.021, § 4º, do atual Código de Processo Civil Multa fixada em 3% sobre o valor da causa (R\$ 11.280,30) atualizado.

No recurso especial, o recorrente apontou violação do art. 51, IV, do CDC.

Defendeu que deve ser reformada a decisão de primeira instância no sentido de que o insurgente seria carecedor de ação, pois cumpriu todas as determinações judiciais. Pontuou que taxas e tarifas lhe impostas devem ser absorvidas pela instituição financeira, haja vista serem custos da operação já naturalmente cobertos pelo contrato de financiamento.

Ponderou que a cobrança praticada pela recorrida configura enriquecimento ilícito e má-fé na dupla cobrança, razão por que deve a previsão contratual ser declarada nula. Arguiu que a ré cobrou juros diversos dos pactuados em sua prestação, devendo devolver-lhe o montante em dobro. Suscitou não ter existido acordo para a cobrança da capitalização de juros ou sua previsão em desconformidade com os regramentos do CDC (e-STJ, fls. 163-172).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 195-203).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 203-209).

Brevemente relatado, decido.

O recurso não merece provimento, tendo em vista que as questões suscitadas no recurso especial e no agravo em recurso especial não foram discutidas no acórdão na segunda instância, carecendo do devido prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF). Referido julgado apenas debateu a ausência de respeito ao princípio da dialeticidade recursal e a aplicação de multa por interposição de agravo interno manifestamente admissível.

Veja-se (e-STJ, fls. 154-160):

2. O reclamo manifestado pelo agravante não comporta conhecimento.

Explicando:

2.1. A matéria deduzida nas razões recursais (fls. 2/14) é diversa da matéria abordada na decisão monocrática em questão (fls. 134/139 dos autos principais).

Como assentado na decisão combatida:

[...]

Novamente, o agravante, nas razões recursais do agravo interno (fls. 2/14), não enfrentou os pontos centrais da decisão hostilizada, os quais lhe foram desfavoráveis, havendo alegado que:

- a) faz jus ao reconhecimento da ilegalidade da cobrança de juros capitalizados (fl. 3);
- b) preferiu não depositar o valor incontroverso em juízo por receio de que a instituição financeira inserisse o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (fl. 3);
- c) cumpriu todas as determinações judiciais (fl. 3);
- d) o MM. Juiz “a quo” declarou como válida e legal a cobrança das tarifas de serviços de terceiros, cadastro, avaliação do bem e registro de contrato (fls. 3/4);
- e) é abusiva a cobrança de tarifas (fl. 4);
- f) houve cobrança de juros diversos da taxa contratada (fl. 6);
- g) o contrato em debate não previu a capitalização mensal de juros (fl. 6); h) o art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 é inconstitucional (fl. 8). Destarte, os motivos da decisão monocrática e as razões do agravo interno não se harmonizam, em outras palavras, estão desagregados.

2.2. As razões recursais do agravo interno, afora isso, desatendem ao requisito previsto no art. 1.021, § 1º, do atual CPC, que obriga o recorrente a impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

[...]

Logo, o agravo interno em apreciação carece do requisito da regularidade formal, pressuposto de admissibilidade de qualquer recurso.

3. Por outro lado, considerando-se a manifesta inadmissibilidade do recurso analisado, interposto contra norma expressa em lei, mais precisamente, contra norma que obriga o recorrente a impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada (art. 1.021, § 1º, do atual CPC), de rigor a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do atual CPC, ora fixada em 3% (três por cento) sobre o valor da causa, isto é, sobre R\$ 11.280,30 (fl. 30 dos autos principais), atualizados pelos índices da tabela prática editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde o ajuizamento da demanda.

[...]

4. Nessas condições, não conheço do agravo interno contraposto, em virtude de o agravante não ter impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida, condenando-o no pagamento de multa de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado da causa (vide item 3).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator